



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL

Cristiane Lima Fernandes

Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva
Professor monitor-orientador Mestre Evanilson Araújo Santos

Brasília (DF), Julho de 2014

Cristiane Lima Fernandes

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva e do Professor monitor-orientador Mestre Evanilson Araújo Santos

Brasília (DF), Julho de 2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Cristiane Lima Fernandes

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileuza Fernandes da Silva -
FE/UNB

(Professora-orientadora)

Mestre Evanilson Araújo Santos–
UnB/SEEDF

(Monitor-orientador)

Dr. Gilberto Paulino de Araújo – SEEDF
(Examinador externo)

Brasília, 26 de julho de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a vocês que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos e trabalharam muito para que eu pudesse realizá-los, meus pais, Marise e João.

A você Adenilson, companheiro no amor, na vida e nos sonhos, que sempre me apoiou nas horas difíceis e compartilhou comigo as alegrias.

E aos meus filhos, Vítor, Anne e Maithê, razão do meu viver, por me ensinaram e impulsionaram todos os dias

AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos a todos que compartilharam o trilhar de mais esse caminho percorrido, contribuindo, direta e indiretamente, para que eu realizasse esta pesquisa, auxiliando-me e dando-me forças nos momentos em que mais precisei.

Minha gratidão, em primeiro lugar, a Deus, por estar comigo em todos os momentos iluminando-me, sendo meu refúgio e fortaleza nos momentos mais difíceis. A ele, minha eterna gratidão.

Agradeço, especialmente, à minha família e amigos pelo apoio para que eu concretizasse essa etapa

À professora – Orientadora Edileuza Fernandes da Silva e ao professor monitor - orientador Mestre Evanilson Araújo Santos pela paciência e incentivo.

Aos Colegas, Tutora e professores do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, pelos momentos de partilha e aprendizagem. Em especial às amigas Adriana Campelo, Janaina Teixeira, Ivone Miguela pelo encorajamento orientações e paciência.

A todos, muito obrigada.

“Se você tem metas para um ano. Plante arroz; Se você tem metas para 10 anos. Plante uma árvore; Se você tem metas para 100 anos então eduque uma criança; Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio ambiente.”

Confúcio

RESUMO

A educação ambiental numa perspectiva inclusiva apresenta panorama diferenciado e exige a atuação e articulação da equipe gestora a fim de integrar os novos paradigmas ao contexto educacional da pessoa com deficiência, proporcionando novos mecanismos de aprendizagem voltados para os problemas atuais e urgentes. O presente trabalho aborda a Gestão Escolar como espaço de garantia de direitos articulado com a Política Nacional de Educação Ambiental na Perspectiva do Ensino Especial, a partir do contexto do Centro de Ensino Especial. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com 56 docentes do CEE, através de um questionário contendo 10 itens. Após a análise dos resultados, observou-se a necessidade do fortalecimento das políticas públicas de educação ambiental nos Centros de Ensino Especial. Isso indica que, apesar da presença da temática da educação Ambiental na escola, ela ainda ocorre de forma segmentada, pontua a necessidade da criação de um ambiente participativo que valorize as aptidões e competências dos diferentes segmentos articulado aos novos paradigmas da EA.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Educação Ambiental; Ensino Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Objetivo Geral	11
Objetivos Específicos	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 O direito à educação - aspectos históricos.....	12
1.2 Educação Especial e os direitos da pessoa com deficiência.....	16
1.3 A inclusão escolar	18
1.4 A atuação do gestor educacional no campo do direito à educação	21
1.5 Educação Ambiental no Brasil.....	23
1.5.1 Aspectos históricos e pedagógicos da Educação Ambiental no Brasil.....	23
1.5.2 A Educação ambiental hoje	24
2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	26
2.1 Participantes e Instrumento de Pesquisa	28
2.2 Procedimentos	28
2.2.1 Da seleção e contato com os Participantes ou Fontes de Informação.....	28
2.2.2 Da Coleta e Registro dos Dados.....	28
2.2.3 Da Organização, Tratamento e Análise de Dados.....	29
3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	30
3.1 Conceitos, objetivos e proposições do Ministério da Educação – MEC para Educação Ambiental - EA.....	30
3.3 Oferta da EA para os alunos do CEE 02 de Ceilândia	32
3.4 Aceitação/compreensão dos alunos.....	33
3.5 Adaptações	35
3.6 Equipe Gestora	36
3.7 Atividades realizadas	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE A.....	43

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto organização social é parte constituinte e constitutiva da sociedade e deve ser administrada a partir de suas especificidades. A educação escolar é um bem público cercado de proteção como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, Pareceres e Resoluções dos Conselhos de Educação e precipuamente na Constituição Federal que apresentam garantias e direitos de extrema relevância que precisam ser concretizados na sociedade. Um dos princípios da educação garantido na Constituição Federal/ 88 é a gestão democrática, que tem sido defendida no âmbito educacional, a fim de ser efetivado nas unidades escolares de modo garantir os processos coletivos de participação e decisão.

A Gestão da Escola Pública é uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (BRASIL, 2004 p.24).

A gestão escolar como espaço de garantia de direitos juntamente com as proposições do Ministério da Educação - MEC para a Política Nacional de Educação – PNE, entende que a educação formal, em todos os seus níveis, tem um papel importante e fundamental na medida em que ela precisa articular novos mecanismos de aprendizagem, consoantes aos aspectos legais estabelecidos na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1997) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999).

Segundo Porto(1996, p. 44) a Educação Ambiental surgiu da necessidade de implementação de uma educação voltada para os problemas atuais e urgentes, que preparasse a população para viver e se desenvolver em um mundo interdependente e em harmonia com as leis da natureza. De acordo com o Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, abrangendo inclusive a Educação Especial, pois é através desse processo que o indivíduo e a coletividade constrói valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Tanto a gestão escolar como a Educação Ambiental são atualmente temas amplamente debatidos, trazem novos paradigmas que exige dos educadores uma ação pedagógica coerente com os textos legais e direcionados as especificidades dos alunos e a comunidade a qual pertencem, e uma postura participativa na tomada de decisões na escola, como trabalho no ensino especial, quis entender como essa dinâmica acontece, como a equipe gestora vem articulando essas mudanças junto aos diferentes segmentos escolares.

Para Souza (2011), a Educação Especial é uma modalidade da Educação básica de natureza complexa, oferecida as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É dever do Estado e sua realização deve ser assegurada preferencialmente na rede regular de ensino e por meio do atendimento educacional especializado. A educação especial visa ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade. Favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem bem como seu desenvolvimento global pautados em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar: I - a dignidade humana; II - a busca da identidade própria de cada educando; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania (BRASIL, 2001).

O Distrito Federal difere da maioria dos Estados Brasileiros, pois dispõe de Centros de Ensino Especiais. Essas escolas recebem alunos com deficiências diversas, oferecendo salas que focam estratégias e metodologias específicas para aprendizagem de alunos com: Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, deficiências múltiplas e outros, favorecendo a estes o acesso e permanência na escola e a oportunidade de serem acompanhados com intuito de inclusão.

Neste trabalho, será estudado o contexto do Centro de Ensino Especial. Trata-se de uma instituição pública, subordinada a Secretaria de Educação do Distrito Federal, que atende atualmente cerca de 530 alunos com deficiências, divididos em dois turnos: matutino e vespertino.

A importância da temática está relacionada ao papel de extrema relevância que a escola representa, sua função social promove a interação entre os diferentes segmentos sociais e as demandas atuais, contextualizando-os e adequando-os aos

diferentes públicos e suas peculiaridades. Por isso, é importante saber o que tem sido feito, como a escola tem articulado suas ações frente a esses desafios. Entende-se que o papel do gestor é fundamental nesse processo, por favorecer a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar.

Mediante esta realidade, levando em consideração a atuação do gestor junto ao novo paradigma da educação ambiental com vistas à inclusão, surge o problema de pesquisa:

Qual o papel do gestor na construção de mecanismos que visem à formação para a cidadania por meio da Educação Ambiental de forma a contribuir para a garantia de direitos?

Este trabalho tem por objetivo discutir e aprofundar a temática da educação ambiental para alunos com deficiência e verificações e desafios encontrados tanto pela equipe gestora, quanto pelos docentes do Centro de Ensino Especial no desenvolvimento da educação ambiental num âmbito global, interdisciplinar e transversal.

Objetivo Geral

Analisar como a temática da Educação Ambiental tem sido desenvolvida no Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia.

Objetivos Específicos

- 1) Verificar a percepção dos professores sobre a Educação Ambiental e o Ensino especial;
- 2) Identificar ações e desafios encontrados na Educação Ambiental no CEE 02 de Ceilândia;
- 3) Analisar como tem sido desenvolvida a Educação ambiental no CEE 02 de Ceilândia;
- 4) Analisar o papel do gestor na implementação e continuidade da Educação ambiental no CEE 02 de Ceilândia.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O direito à educação - aspectos históricos

Observa-se com o desenrolar da história do homem, que os direitos foram conquistados através de lutas e movimentos políticos e sociais em todo mundo e através de acordos de tolerância e de promoção do desenvolvimento humano acordado entre países e dentro de cada país. Segundo a Declaração de Direitos Humanos – DDH todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. A declaração tem uma importância mundial, busca proteger o homem e o planeta objetivando também promover o respeito a esses direitos e liberdades.

Segundo Hoy e Haddad (2005, p. 7) respeitar os direitos humanos de cada pessoa significa reconhecer que toda pessoa é única e que suas características, não devem ser usadas para discriminar

[...] Assim, tratam-se de direitos inerentes à pessoa humana e que, por ser característica fundamental de todos os seres humanos, não podem ser desrespeitados, violados e não efetivados. Um dos direitos primordiais do ser humano é o direito a educação.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, fundamenta o direito a educação e responsabiliza a sociedade também na garantia deste direito.

[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação em diferentes países do mundo é um tema que está sempre na pauta de discussão, pois a escola é um espaço social onde se pode trabalhar além de conteúdos formais a cidadania e princípios que norteiam a vida em sociedade, constituindo-se num espaço de transformação.

Na busca de se oferecer uma educação para todos no Brasil, em 1986 foi criada a Secretaria de Educação Especial, vinculada ao MEC. Com o surgimento da nova LDB – Lei 9394/96, trouxe um capítulo que trata especificamente da Educação Especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Garantindo-lhes atendimento especializado preferencialmente na rede regular, respeitando as especificidades de cada aluno, tendo início na faixa etária de 0 a 6 anos na educação infantil; O Art. 59. Dispõe sobre as garantias de Currículo, métodos, técnicas e recursos que atendam suas necessidades. Terminalidade específica e aceleração quando necessária, professores especializados, educação para o trabalho e acesso igualitário aos benefícios e programas sociais. O Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

A Educação Inclusiva teve sua origem a partir da Lei 94.142, de 1975, nos Estados Unidos. Estabeleceram-se programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva, através do Centro de Estudos em Educação Inclusiva o CSIE – Center for Studies on Inclusive Education da Comunidade Britânica, sediada em Bristol, que têm produzido os principais documentos sobre Educação Especial, como exemplo: O Unesco Salamanca Statement(1994), e Provision for Children with Special Educational Needs in the Ásia Region. Porém foi com a Declaração de Salamanca, em junho de 1994, e com a participação de diversos países assumindo a Educação para Todos que a Educação Inclusiva alçou voo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996, fundamentam em seus artigos o direito a todos os brasileiros freqüentarem e permanecerem na escola.

Durante o percurso histórico, estudiosos apresentaram suas concepções em relação ao direito a educação propriamente dito e as dimensões que ele alcança. Sobre as demandas do mercado, retoma uma educação voltada a dimensão econômica que limita o exercício do direito a educação. Por outro lado apresenta também na escola uma concepção crítica que debate e promove a construção de uma sociedade participativa e crítica.

Diante da realidade contemporânea a perspectiva da educação é discutir e buscar uma educação realmente de qualidade e de oportunidades reais para todos e formar cidadãos críticos e que pensem de forma a contribuir com a sociedade.

A escola tem o papel de oportunizar uma educação voltada ao pleno desenvolvimento humano tendo uma visão abrangente que se estenda a uma visão

futura em que este direito seja garantido a todos. Garantir o acesso e uma educação de qualidade é responsabilidade de toda a sociedade.

Na escola um instrumento poderoso de proteção ao direito à educação é o Plano Político Pedagógico – PPP, cabendo ao gestor fazer uso deste instrumento para promover a participação da comunidade escolar, a permanência e aprendizagem do aluno, além de fortalecer os vínculos da família com a escola.

O Conselho Nacional de Educação - CNE estabelece as Diretrizes Curriculares que são normas obrigatórias para a educação básica que objetiva orientar o planejamento curricular. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs são diretrizes concebidas pelo Governo Federal em busca de garantir de forma integral e específica o conjunto de saberes necessários ao exercício da cidadania.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais destaca-se:

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da Educação Básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade. (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010)

A LDB 9394/96, nos seus artigos 29, 30 e 31, reafirmou esse direito e regulamentou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Não mais numa perspectiva exclusivamente assistencialista, mas também em caráter educativo, que tem por finalidade o “desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (art. 29).

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

Conforme o Currículo em movimento – Ensino Especial do Distrito Federal, 2012: A atual concepção de educação especial reforça, portanto, o caráter interativo dessa modalidade de ensino, cuja ação transversal perpassa as demais etapas e modalidades de ensino e propõe uma efetiva educação global.

Assim, na construção e na aplicação do currículo devem ser considerados o respeito às diferenças e a valorização da diversidade. Com essa finalidade, devem ser viabilizadas condições de atendimento das necessidades educacionais dos estudantes, por meio de estratégias metodológicas e de recursos específicos. Para tanto, a base da ação pedagógica deve ser estabelecida tendo como foco a singularidade do estudante e fundamentando-se em uma construção reflexiva, coletivamente construída, por intermédio da articulação entre o professor regente e o professor do atendimento educacional especializado, na qual saberes e significações são construídos com a participação das múltiplas percepções e interpretações dos atores que a compõem.

Segundo o Currículo da Educação Básica – Educação Infantil buscando o sucesso da educação, o currículo deve ter conteúdos adequados e seguir aspectos de ações voltadas à formação global do estudante. Neste sentido a proposta pedagógica da instituição deve pensar também a avaliação numa perspectiva de inclusão educacional, o professor, nesse contexto, precisa reconstruir uma práxis pedagógica voltada à construção de conhecimentos significativos, que sejam úteis ao cotidiano do educando e que favoreçam a sua integração e a sua participação na vida em sociedade.

Para Ferreira e Martins (2007, p. 75):

O princípio da inclusão orienta que o processo avaliativo deve ser participativo e contínuo: professor e alunos são co-responsáveis. O objetivo inicial e final da avaliação é acompanhar a performance de cada estudante individualmente, visando eliminar barreiras ao sucesso escolar. Na sala de aula a avaliação ganha uma dimensão colaborativa. Tal abordagem permite obter informações sobre os alunos que antes não eram consideradas relevantes, como as habilidades de cada um e o que realmente sabem fazer. O docente obtém esses dados mediante um processo avaliativo sistemático durante a aula, à medida que as crianças: participam das atividades propostas em seus grupos; falam umas com as outras ou respondem a questões; trocam idéias com os colegas; resolvem problemas; elaboram registros de acordo com seus estilos de aprendizagem; colaboram para a construção do seu saber e do de seus colegas.

No Brasil a Educação Básica é dividida em três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, durante esse período as crianças e adolescentes devem receber formação comum indispensável ao exercício da cidadania, além das condições de progressão nos estudos. Cada etapa tem objetivos próprios e se organiza de forma diversa.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação – CNE nº 4 de 13 de julho 2010:

ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 21. São etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional:

I - a Educação Infantil, que compreende: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos;

II - o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: a dos 5 (cinco) anos iniciais e a dos 4 (quatro) anos finais;

III - o Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos. Parágrafo único. Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para sujeitos com características que fogem à norma, como é o caso, entre outros.

I - de atraso na matrícula e/ou no percurso escolar;

II - de retenção, repetência e retorno de quem havia abandonado os estudos;

III - de portadores de deficiência limitadora;

IV - de jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta;

V - de habitantes de zonas rurais;

VI - de indígenas e quilombolas;

VII - de adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

A educação especial está presente em todas as etapas da educação básica. O Brasil optou por um sistema de ensino inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, na Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca, Espanha 1994.

1.2 Educação Especial e os direitos da pessoa com deficiência

As políticas públicas que mais recentemente vêm sendo implementadas ainda não conseguiram reverter o quadro sofrível das disparidades sociais, que, conseqüentemente, provocam situações de desigualdade. As diferenças se tornam evidentes, refletindo na escola a urgência de transpor premissas excludentes de minorias. E muitos são os desafios... As minorias formam um conjunto de indivíduos que merecem atenção mais específica, de forma a permitir que essas pessoas

tenham o direito ao acesso e à permanência na escola, espaço que pode garantir a reversão de alguns aspectos excludentes.

Existe grande diversidade, especialmente centrada no âmbito educacional. Quando se focaliza a área da educação especial, a diversidade assinalada centra-se nos educandos que podem apresentar, em caráter temporário ou permanente, algumas características como: Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, dificuldades de comunicação e sinalização devido às deficiências sensoriais. Diversas razões justificam a implementação de tais orientações e estratégias: o movimento mundial em prol do paradigma da inclusão educacional originado na Conferência Mundial de Educação Para Todos (Jomtien na Tailândia, 1990) e posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994). Compromisso também assumido pelo Ministério da Educação do Brasil. Tal documento, que marcou época, determina a transformação das instituições educacionais em “Escolas para Todos”, que têm como princípio orientador à inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

A declaração de Salamanca, 1994, ressalta que: todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento denotando as características e necessidades de aprendizagem que são próprios de cada criança e por isso os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados considerando essas especificidades.

A inclusão dos alunos com deficiência exige uma organização das escolas regulares de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a escolarização dessas crianças deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

As políticas educacionais são balizadas por dispositivos legais que assegurem a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo, primando por estratégias que considerem o nível de compreensão e a motivação dos alunos favorecendo a participação e experiência.

Para isso depende de um planejamento organizado de modo que contenha atividades amplas com diferentes níveis de dificuldades e de realização. É importante que as atividades sejam realizadas de várias formas, com diferentes tipos

de execução, envolvendo situações individuais e grupais, cooperativamente, favorecendo comportamentos de ajuda mútua; com objetivos que acrescentem, elimine e sejam adaptados de forma que atenda às peculiaridades individuais e grupais na sala de aula.

Quanto aos alunos que mesmo com as adaptações necessárias não alcançarem os resultados previstos, as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

Seguindo as orientações do Currículo em movimento – Educação Especial, 2012 incluir conteúdos básicos referentes aos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de professores, promovidos com as normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, além do atendimento pedagógico oferecido em classes comuns, esses, poderão receber serviços de apoio pedagógico especializado em espaços escolares diferenciados e envolvendo professores especializados com diferentes funções em:

- Classes comuns;
- Salas de Recursos e;
- Serviço com professor itinerante / Itinerância.

Algumas das possibilidades de atendimentos são desenvolvidas em Salas de Recursos, que dispõem de equipamentos, recursos pedagógicos e professores especializados para oferecer atividades suplementares, com vistas a aprofundar ou enriquecer o currículo.

1.3 A inclusão escolar

Ao tratar de inclusão deve-se falar em exclusão, deve-se ir além e se falar em onde é excluído, de que está sendo excluído, e a partir daí observar onde estará sendo incluído. Nesse caso deve-se dar o enfoque na exclusão e inclusão na escola. E por que tratar da escola? Por que a escola é um ambiente marcante de exclusão, principalmente porque trabalha sob a ótica da homogeneidade, parte do pressuposto que os iguais devem ser agrupados com os iguais.

Com esse pensamento e ação as pessoas com diferenças significativas, tais como crianças com deficiências, com distúrbios globais do desenvolvimento, com

sofrimentos psíquicos, requerem um espaço diferente, argumentam que necessitam de tratamento especializado, de lugares especiais, assim sendo historicamente excluídas, as escolas fecham suas portas, pois a visão nesse momento é uma concepção médica, a deficiência é considerada apenas como doença.

Tem-se conhecimento que a inclusão da criança com deficiência na escola regular não é algo novo, com ênfase maior a partir de 1994, após a publicação da Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas em educação especial, nesse contexto a inclusão ganha força e colaboradores.

O paradigma de inclusão está baseado no fato de que diversidade é parte da natureza humana, a diferença é uma riqueza, inclusão é uma questão ética. No entanto, como foi dito anteriormente, existem ainda alguns obstáculos e deve-se considerar a pergunta do que realmente seja inclusão, incluir quem, o por quê pessoas e grupos permanecem excluídos da educação? Para a existência e eficiência de uma escola inclusiva é fundamental pensar em enfrentar os mecanismos de exclusão, buscando minimizá-los, para possibilitar a construção de outra sociedade, de outra escola. Rosa e Sousa (2002, p. 67) dizem:

[...]a reformulação da escola para incluir os excluídos precisa ser uma revolução que o ponha do avesso em sua razão de existir, em seu ideário político pedagógico. É mais do que reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem, ou de uma maior preparação do professor.

Pressupõe-se que acreditar na educação, na interação, na inclusão, nas possibilidades de uma sociedade mais justa, certamente a revolução nas consciências dos envolvidos na educação há de acontecer.

Com a inclusão todos tem a ganhar, crianças com deficiência que têm a oportunidade de usufruir um recurso de sua comunidade, de vivenciar e conviver com parceiros que lhe oferecem modelos de aprendizado. Ganham outras crianças e adultos que aprendem a conviver com a diversidade, a respeitar, a ter outra visão e chances de ver o mundo com outros olhos.

Uma escola inclusiva tem que ter uma base sólida, ter ações concretas. A construção deve se dar por atos coletivos, passando pela reformulação de espaço físico, dinâmica de sala de aula, até a adaptação curricular e formas de avaliação. Na educação inclusiva os métodos de ensino, o processo de aprendizagem e os objetivos devem ser diferenciados, o aluno está sempre aprendendo mesmo que não seja o conhecimento formal, por isso é importante respeitar o tempo de cada

pessoa. A tarefa de inclusão é missão da escola, da família, da comunidade, da sociedade.

Diante deste contexto, o maior desafio é o de saber compreender a criança com deficiência nos diversos momentos de sua vida, segundo Bavin (2000, p.44), o que implica conhecer os recursos que possui para se manifestar como pessoa e se expressar nas relações sociais. De tal modo, torna-se fundamental estimular na criança a crença nas suas habilidades e na construção de estratégias que ajudem em sua formação social. Segundo Sasaki (2006, p.17), no caso de crianças com deficiência, a sua inserção no meio social é fundamental para que ela supere suas limitações, buscando desenvolver-se a partir de suas potencialidades.

Com o avanço nas pesquisas das práticas inclusivas, observa-se a necessidade do encaminhamento da criança com necessidades especiais para a estimulação precoce desde o seu nascimento ou o quanto antes.

Para que não haja prejuízos mais graves no desenvolvimento, e seu processo educacional, social e familiar se faça da melhor forma possível. O programa de Educação Precoce realiza um trabalho psicopedagógico para crianças com necessidades educativas especiais e as consideradas de risco, isto é, as que estão vulneráveis a apresentar atrasos no desenvolvimento devidos a fatores que ocorreram em períodos pré, peri ou pós-natal.

Tem como principal objetivo à inclusão das crianças visa um desenvolvimento global, envolvendo todas as áreas: motora, sensorial, cognitiva, linguagem e sócio-afetiva. O trabalho desenvolve-se por meio de ações educacionais e psicopedagógicas adequadas às crianças até três anos e onze meses de idade.

A troca continua entre seres vivos e o meio colabora de forma direta para a aprendizagem, essas trocas são essenciais para qualquer pessoa, e se tornam referências para a criança em desenvolvimento. É importante ainda citar a contribuição de Vigotsky(1984) relata que no processo de desenvolvimento, a criança começa usando as mesmas formas de comportamento que outras pessoas inicialmente usaram em relação a ela. Isto ocorre porque, desde os primeiros dias de vida, as atividades da criança adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social, refratadas através de seu ambiente humano, que a auxilia a atender seus objetivos. A história do comportamento da criança nasce do

entrelaçamento dos processos elementares, que são de origem biológica, e as funções de origem sócio-cultural.

1.4 A atuação do gestor educacional no campo do direito à educação

O art. 205 da Constituição Federal de 1988 define que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É um direito reconhecido e precisa ser garantido e para isto, é necessário que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas. Na unidade escolar o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições (CURY, 2013).

Para o autor, no Brasil, historicamente privilegia-se às camadas elitistas com este bem social, fato que colabora com a existência de pesada herança a ser superada. Hoje, reconhece-se o ensino fundamental como um direito juridicamente protegido desde 1934. Porém, passa-se a reconhecê-lo como direito público subjetivo desde 1988, é obrigatório para as pessoas de 7 a 14 anos, gratuito para todos e, quem não tiver tido acesso a esta etapa da escolaridade, na inexistência de vaga disponível, pode recorrer à justiça e exigir sua vaga. No Estado de Direito, o indivíduo tem, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O saber sistemático como instrumento do direito à educação, parte do reconhecimento de que, mais que uma importante herança cultural o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos que favorecerão ações e atitudes com as quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

O poder público por sua vez, deve nortear os conteúdos curriculares assegurando a igualdade de condições, de forma que todos os membros da sociedade possam ter acesso aos bens trazidos pelo conhecimento para que assim não se estabeleça uma segregação social prévia, acentuando na função social da escola um instrumento de diminuição das discriminações (CURY, 2013).

Ao se falar em igualdade, legalmente acompanha a pluralidade da educação vista em diferentes ângulos enquanto processo de formação do indivíduo, como coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (cf. art. 206, III), e/ou como forma de valorização do regional (cf. art. 210). Assinalando de forma a reiterar as múltiplas culturas que passaram e ainda passarão, fortalecendo a valorização da diversidade e possibilitando identificar a complexidade da realidade.

Para Cury (2013) não há de se falar em educação sem mencionar a qualidade do ensino, que também é assinalado constitucionalmente, ligados a uma gama de conhecimentos que se tornaram padrão da humanidade. A qualidade do ensino supõe desafios a sociedade contemporânea. Exige um conjunto de conhecimentos e habilidades capazes de possibilitar a todos o acesso a formas de ser e de se comunicar como um participante do mundo. Desse modo, a qualidade do ensino, será sempre uma meta.

No mundo onde a informação é disseminada com impressionante precisão esses profissionais, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas, onde o conhecimento se torna um instrumento de inserção social em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, destaca a relevância do projeto pedagógico como assinalado nos artigos 12, 13, 14 e 15 da LDB, contemplando os aspectos pedagógicos da instituição de forma qualitativa e levando em consideração a realidade da comunidade escolar. Deve-se considerar que a sua elaboração exigirá a participação dos diferentes segmentos da escola. O gestor nessa empreitada deve promover esse enlace, garantindo a educação como princípio constitucional e o padrão de qualidade, liderando o corpo docente para este fim. Para tanto, o gestor deve zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais: acesso, permanência, qualidade, não violência entre outros.

Outro ponto de grande importância também assegurado no art. 15 da LDB, é a autonomia de gestão financeira e termina por condicioná-la às normas gerais de direito financeiro público. Assim, o gestor educacional terá de gerir os recursos destinados diretamente à escola podendo com isso auxiliar o órgão executivo na indicação das necessidades materiais da mesma.

Para Medeiros (2011) o gestor deve assumir uma postura profissional com atitudes que vão desde a permanência e presença na instituição, comprometimento nas questões pedagógicas, responsabilidade pela qualidade da educação, preparação para enfrentar os conflitos institucionais, independência frente ao sistema, autonomia para criar inovar.

O projeto pedagógico é a marca registrada de uma escola cabendo ao gestor liderar propostas que devem ser retrabalhadas pelos estabelecimentos escolares de modo a deixar claro o calendário escolar, a organização pedagógica, os conteúdos curriculares, as formas de aproveitamento de estudos, os processos avaliativos e as formas de recuperação (CURY, 2013).

1.5 Educação Ambiental no Brasil

1.5.1 Aspectos históricos e pedagógicos da Educação Ambiental no Brasil

A Educação Ambiental se organiza com base em propostas educativas proveniente de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, é de suma importância na construção de uma concepção ambientalista de sociedade. Para Loureiro (2008), as discussões relacionadas a este campo de saber e ação política adquirem caráter público de projeção no cenário brasileiro em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das organizações ambientalistas, a incorporação da temática ambiental por outros movimentos sociais e educadores e o aumento da produção acadêmica.

A importância do debate sobre a Educação Ambiental – EA, também se explica pela obrigatoriedade constitucional, em 1988, no Programa Nacional de Educação Ambiental, em 1994 (reformulado em 2004), nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, e na Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n. 9.795/1999). O contexto histórico, a grande quantidade de agentes sociais envolvidos e de documentos e leis produzidas em prol da Educação Ambiental levam o Brasil a um cenário de destaque internacional (LOUREIRO, 2008).

A educação ambiental mostra um percurso histórico diversificado, anteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988 apresentava um viés conservacionista influenciado por valores da classe média europeia, onde falar em ambiente era pensar em relações ecológicas descoladas da totalidade social.

[...] em um assunto técnico voltado para a resolução dos problemas ambientais ou, para os que eram refratários, em algo que impedia o desenvolvimento do país. Nesse contexto, a Educação Ambiental se inseriu nos setores governamentais e científicos vinculados à conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista e tecnicista, e voltada para o ensino da ecologia. (LOUREIRO, 2008, p.234).

Segundo Loureiro (2008) nesse período surgiu propostas e ações que entendiam os problemas ambientais como decorrentes das relações e mediações sociais que nos constituem como indivíduos, oriundo de educadores afinados com a pedagogia freireana e as pedagogias críticas. Para estes educadores não há de se pensar em construção da sustentabilidade sem a mudança de comportamento, hábitos e atitudes da sociedade como um todo.

No que se refere ao modo como a Educação Ambiental é concebida e realizada, este tipo de reflexão propiciada levou a se aceitar que há aspectos específicos do “mundo da educação” que precisam ser discutidos para que as atividades tenham conseqüências concretas de transformação (política de educação, estrutura curricular, gestão escolar, formação docente etc.). Definitivamente, não basta a “boa fé ambiental”, a sensibilização ou a transmissão de conteúdos da ecologia, é preciso entender a dinâmica social e, particularmente, a educativa (LOUREIRO, 2008).

1.5.2 A Educação ambiental hoje

O Brasil tem um papel de destaque internacional, visto a realização de debates e discussões sobre as especificidades da educação ambiental, apresentando-se como celeiro de férteis ideias. Surge de um panorama histórico desbravador que evolui a cada dia desde seus vocábulos ao significado de seus enunciados (LAYRARGUES, 2004).

Para Henriques (2007), entre os marcos legais que levaram a institucionalização da educação ambiental no Brasil, merece destaque o Programa

Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, que teve sua terceira versão submetida em 2004 à uma consulta pública, realizada pelas Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental e cerca de 800 educadores ambientais de 22 Estados. Nesse mesmo ano o MEC passa por modificações que permitem o enraizamento da EA nas redes de ensino de todo país, passando a atuar de forma integrada a áreas de diversidade e reiterando seu caráter de transversalidade na educação.

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. (HENRIQUES, 2007, p.67)

É de se destacar que o Brasil vem realizando esforços no sentido de promover e incentivar a educação ambiental nas escolas, tanto através de diretrizes como de políticas públicas. O processo de expansão da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental foi bastante acelerado: Em 2001 o número de escolas que ofereciam EA era de aproximadamente 115 mil, 61,2% ao passo que em 2004 esse número alcançou cerca de 94%, ou seja 152 mil escolas.(HENRIQUES, 2007).

Nesse panorama é possível supor que, buscam-se caminhos integradores que inspirem a EA, mesmo diante das dificuldades encontradas. A construção de uma sociedade sustentável através da educação ambiental é missão do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.

O conceito sociedades sustentáveis inclui uma visão transformadora, apoiada na diversidade de buscas e soluções para a construção simultânea e coletiva das sustentabilidades ambiental, social, econômica, política e ética. Diferente do desenvolvimento sustentável que limita-se à dimensão do crescimento econômico(HENRIQUES,2007,p.29).

A Educação Ambiental tem se constituído em um campo de formação de práticas educativas multi e interdisciplinares nos sistemas de ensino. Apontando para a necessidade de formar educadores atuantes em processos de busca de conhecimentos, pesquisas e intervenção educacional cidadã. Fortalecendo o protagonismo juvenil a Agenda 21 na Escola pactuada em prol da mobilização de adolescentes a fim de propiciar o empoderamento e a participação desse segmento na área sócio-ambiental.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A monografia apresenta o resultado de uma pesquisa qualitativa, onde foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo com entrevistas aplicadas aos professores e equipe gestora no ambiente escolar, onde os mesmos responderam e deram suas opiniões e depoimentos sobre a temática.

A escolha metodológica pela pesquisa qualitativa se deu por conta da possibilidade de abrangência do conhecimento esboçado por ela. É na pesquisa qualitativa que se pode encontrar pequenos detalhes e nuances das falas dos participantes. Esse tipo de análise trabalha com o universo de significados, valores, crenças e atitudes, correspondendo a um espaço institucional cerceado de obrigações e titulações socialmente construído.

Em relação ao delineamento da pesquisa, ela foi classificada como estudo de campo. Neste sentido, Gil (2002, p. 129) relata que “não há como definir a priori as etapas a serem seguidas em todas as pesquisas dessa natureza, devido ao fato de que a especificidade de cada estudo acaba por ditar seus próprios levantamentos”.

Gil (2002, p.41) afirma que esse tipo de delineamento é muito mais amplo do que os levantamentos. Para o autor, o estudo de campo “inicia-se com um plano bem geral, visto que este tipo de delineamento, leva em consideração, principalmente, os objetivos da pesquisa”. Para Minayo (2007, p.312), a pesquisa qualitativa permite a compreensão dos “significados da existência individual e coletiva”. Ela se desvia da necessidade de uma lógica fechada na existência de um padrão único.

O principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário com perguntas fechadas aos professores e equipe gestora do Centro de Ensino Especial. A utilização do questionário propõe uma análise mais contundente e direta, favorecendo uma visão mais pontual para responder os objetivos intencionais.

Os aspectos principais do estudo referem-se à temática da educação ambiental para os alunos com deficiência, os desafios e avanços encontrados no desenvolvimento dessas ações e o papel do gestor na implementação e continuidade da Educação ambiental no CEE.

O Centro de Ensino Especial localizado em uma área carente do Distrito Federal e recebe os alunos de diferentes localidades.

A escola recebe alunos com deficiências diversas, oferecendo salas que focam estratégias e metodologias específicas para aprendizagem de alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento - TGD, Salas para alunos com deficiências múltiplas e todos os alunos que ainda não estão inclusos no ensino regular favorecendo a estes o acesso e permanência na escola e a oportunidade de serem acompanhados com o intuito inclusão. O Programa de Educação Precoce também é oferecido nessa escola e recebe crianças de 0 a 4 anos de idade encaminhadas por médicos devido a acontecimentos diversos no nascimento como: síndromes, crianças que nasceram gemelares, paralisados cerebrais e qualquer outra intercorrência que possa interferir no desenvolvimento cognitivo, motor ou afetivo da mesma.

Todos os alunos durante o período que estão na escola têm aulas de Educação Física, Educação Ambiental, Educação Musical/Artes e aulas de informática no laboratório. Todas as aulas têm que estar adaptada à necessidade do aluno buscando trabalhar as suas potencialidades.

A escola possui salas adequadas, parquinhos, auditório, piscina para Educação Precoce, quadra de esporte, piscina grande em desuso necessitando de reforma.

Existem alguns equipamentos tecnológicos que podem ser revezados em sala de aula como aparelhos de som, computadores na coordenação e na área administrativa, direção, sala de coordenadores e laboratório, equipamento de som para ser usado no auditório.

A escola conta ainda com 189 funcionários, destes 126 professores e o restante da carreira assistência. A equipe gestora é formada entre os docentes e é constituída de uma diretora e um vice- diretor, uma supervisora pedagógica duas coordenadoras generalistas, uma coordenadora do atendimento complementar (artes, educação física, educação ambiental e informática) e uma coordenadora do atendimento interdisciplinar (artes, educação física, educação ambiental e informática).

2.1 Participantes e Instrumento de Pesquisa

Participaram desta pesquisa 56 sujeitos entre professores e equipe gestora, sendo considerados ao menos dois profissionais de cada modalidade de ensino (deficiências múltiplas, TGD, oficinas, Educação Precoce, Educação Física, Artes, Educação Ambiental e Informática). Nos dois turnos de atendimento, matutino e vespertino. Houve uma predominância do gênero feminino, que corresponde a uma projeção da realidade do Centro de Ensino Especial de Ceilândia.

Foi utilizado para a coleta dos dados um questionário individual e por escrito com perguntas mistas. Essa estratégia facilitou uma maior participação das pessoas, com respostas rápidas e mais precisas, com menos risco de distorções, pela não influência do pesquisador, além de maior liberdade nas respostas em razão do anonimato e mais uniformidade na avaliação em virtude da natureza impessoal do instrumento.

2.2 Procedimentos

2.2.1 Da seleção e contato com os Participantes ou Fontes de Informação

A pesquisa foi realizada com homens e mulheres que atenderam ao critério de serem professores atuantes no Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia independente da modalidade de ensino ou turno de regência e integrante da Equipe Gestora, totalizando 56 participações.

Primeiramente, foi solicitada uma autorização junto à direção, para um contato com os participantes, que se deu nos horários de coordenação coletiva dos docentes tanto no matutino como no vespertino. Os professores foram convidados a contribuir com a pesquisa, respondendo ao questionário que teve duração entre 10 e 20 minutos.

2.2.2 Da Coleta e Registro dos Dados

Os participantes da pesquisa foram informados que suas identidades seriam mantidas em sigilo e ainda, foi solicitada a assinatura como requisito ético

na constatação da participação na pesquisa, sem vínculo ao preenchimento dos questionários. A pesquisadora se apresentou, informando que era estudante do curso de Especialização em Gestão Escolar pela Universidade de Brasília e apresentou o tema da pesquisa e, em seguida, fez o convite a todos que se encaixavam nos critérios, para participarem desta pesquisa.

2.2.3 Da Organização, Tratamento e Análise de Dados

Com a finalização da aplicação dos questionários, o conteúdo adquirido foi contabilizado e transcrito. O objetivo da análise foi organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto. Segundo Heerdt (2005), analisar é resumir as observações, de modo que se permita responder à problemática. Com o objetivo de interpretação que é a procura do sentido mais amplo para as respostas, fazendo uma relação com os conhecimentos anteriormente verificados.

Do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem. Esse conjunto analítico visa dar a Consistência interna a operações (MINAYO, 2007, p.167)

A análise proporciona um olhar atento para os dados coletados.

3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

3.1 Conceitos, objetivos e proposições do Ministério da Educação – MEC par a Educação Ambiental - EA

De acordo com a questão1: Você sabe o conceito e objetivo da Educação Ambiental - EA? E a questão 2 Você conhece as proposições do MEC para a Política Nacional de Educação Ambiental? Verifica-se na tabela abaixo: Dos entrevistados tem-se 42,8% que conhecem o conceito e o objetivo da Educação Ambiental, 42,8% que conhece em parte, 1,7% não quiseram ou não souberam responder deixando a pergunta em branco. Para as proposições do MEC para a Educação Ambiental 10,7% disseram ter conhecimento, 37,5% não conhecem 42,8% disseram conhecer em parte e 1,7% não souberam ou não quiseram responder deixando a questão em Branco.

	Sim%	Não%	Em parte%	Branco%
Conceito da EA	42,8	5,3	42,8	1,7
Objetivo EA	42,8	5,3	42,8	1,7
Conhecimento das Proposições do MEC	10,7	37,5	42,8	1,7

Tabela 1. Representações das questões 1 e 2.

Foi identificado em relação ao objetivo e conceito da Educação Ambiental uma igualdade de respostas, que deixa explícito a falta de informação dos docentes frente aos novos paradigmas. Tal fato é reforçado ao se observar que apenas 10,7% dos entrevistados disseram conhecer as Proposições do MEC para a EA. O ensino deve permear tudo que está relacionado ao desenvolvimento humano, e como tal a Educação ambiental se apresenta como um caminho para a geração de reflexão em torno das problemáticas que afligem a humanidade e o meio em que vivemos. Os docentes por sua vez devem estar preparados, em contato constante com essas

visões, reciclando o fazer pedagógico e evitando assim uma visão incompleta ou distorcida da realidade. Nesse sentido:

Já não se trata só de aprender, mas de aprender coisas diferentes. Por isso é que, em virtude da diversidade de necessidades de aprendizagem, torna-se difícil continuar com a idéia simplificadora de que uma única teoria ou modelo de aprendizagem possa dar conta de todas essas situações. (LUZZI,2003, p. 180).

O sucesso para essa nova visão mundial depende de iniciativas do governo, de políticas públicas educacionais sérias e comprometidas com a formação do cidadão e ainda, com uma equipe de gestão que favoreça essa contextualização aos seus docentes, propondo uma atualização não só conceitual baseada nos textos legais, mas também de ações pedagógicas que favoreçam a multi, interdisciplinaridade e transversalidade da temática.

3.2 A importância da Educação Ambiental para o Centro de Ensino especial

Quando foi abordada a importância dessa temática para a comunidade escolar onde esses profissionais atuam 93% concordaram que o desenvolvimento da Educação Ambiental é importante, outros 7% deixaram a resposta em branco e não houve discordância parcial ou integral, como mostra o gráfico abaixo:

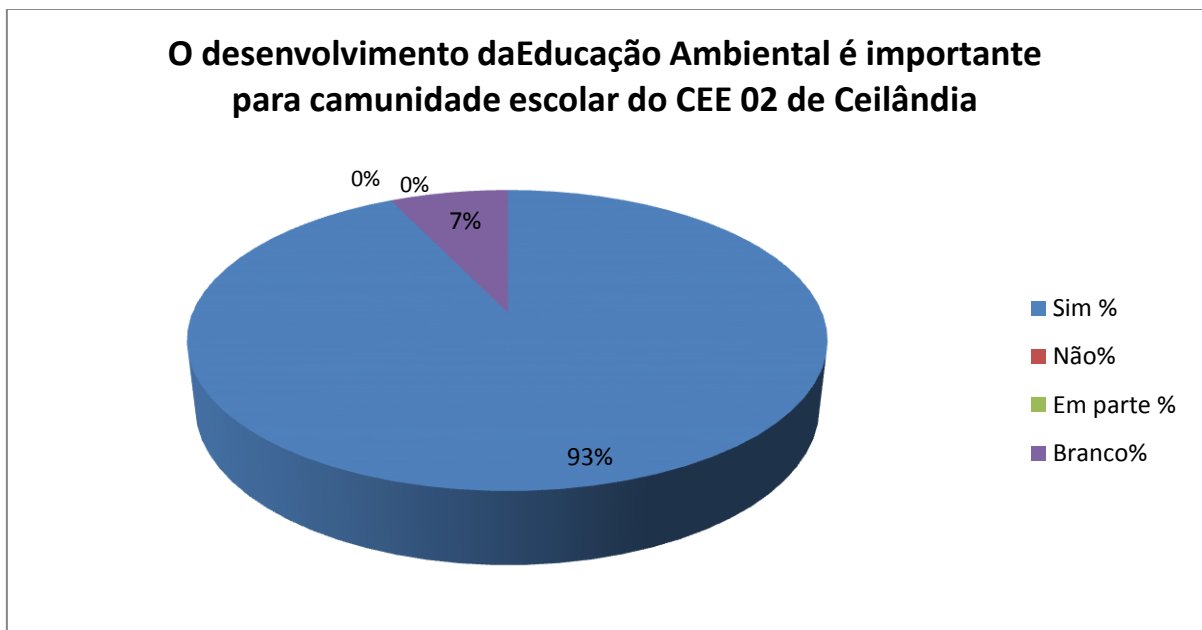


Gráfico 1: Representação da Questão 3.

Um dos maiores desafios da humanidade neste século, sem dúvida é a proteção ao meio ambiente. Para a melhoria da qualidade de vida e das futuras gerações é preciso preservar o nosso habitat. O que já se percebeu que é o exercício da cidadania que poderá resolver parte desses grandes problemas mundiais através da ética ambiental, transmitida pela educação ambiental. Para se entender as causas da degradação ambiental é necessário compreender os problemas sócio-econômicos e político-culturais e a partir desses conhecimentos buscar alterar atitudes comportamentais das pessoas de forma a preservar o meio ambiente.

Vale destacar que as sociedades modernas começam a sentir os efeitos negativos das modificações climáticas em detrimento do avanço da industrialização tendo diversos problemas relacionados ao aquecimento global. É nesse contexto de adversidades e desafios que se insere a educação ambiental enquanto instrumento de sensibilização e conscientização das mazelas ambientais presentes nos dias atuais (LASMAR, MAGALHÃES, 2007).

3.3 Oferta da EA para os alunos do CEE 02 de Ceilândia

Ao questionar se a Educação ambiental é ofertada para todos os alunos do Centro de Ensino Especial, tem-se que 47% dos alunos são contemplados, 20% não, 47% e 2% deixaram em branco, conforme gráfico:

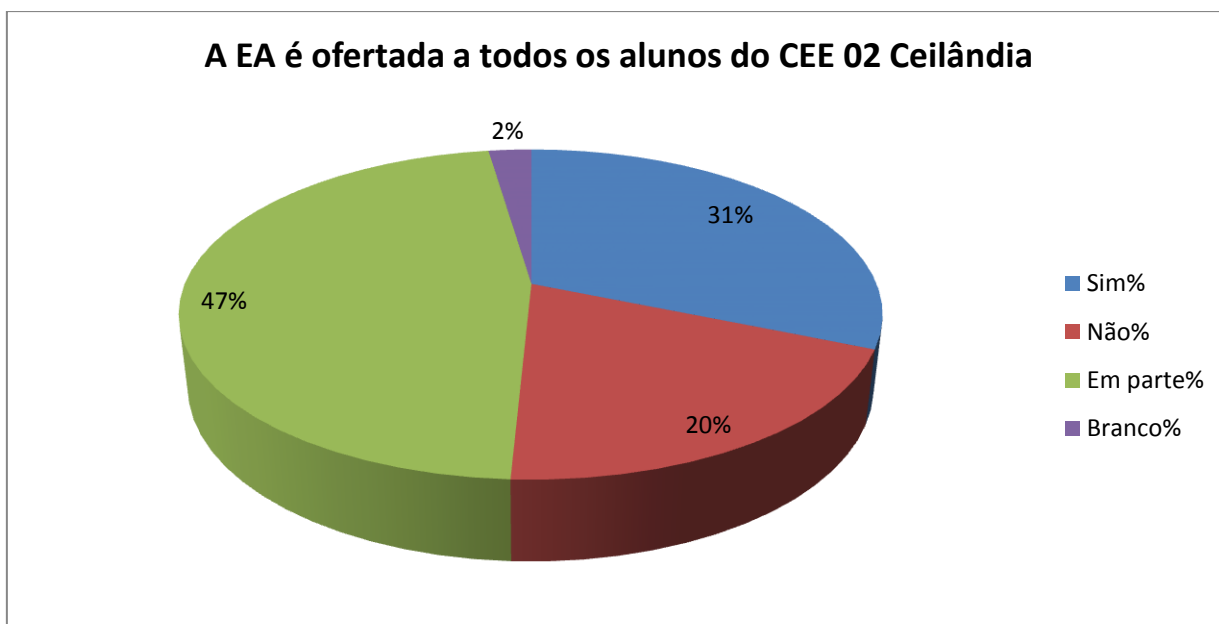


Gráfico 2: Representação gráfica da Questão 4.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, as políticas públicas ambientais devem oferecer meios efetivos para que cada indivíduo compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. (BORGES, 2011, p.287).

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA reforça e qualifica o direito de todos à Educação Ambiental, indicando seus princípios e objetivos, os atores e instâncias responsáveis por sua implementação, nos âmbitos formal e não-formal, e as suas principais linhas de ação. (BRASIL, LEI Nº 9.795, 1999).

E ao relacionar-se entre si e com a natureza que os homens se constituem e, nessa relação, constroem saberes, objetos, conhecimento e cultura. A educação deve ser vista no seu sentido mais amplo justificando assim o cumprimento da função social para qual a escola foi criada. Nesse sentido, para Dourado(2012) os projetos de educação deverão ser desenvolvidos considerando os diferentes segmentos sociais e articulado com a realidade da escola numa perspectiva transformadora e inovadora, de modo que para a escola avançar é fundamental considerar a participação de todos

3.4 Aceitação/compreensão dos alunos

Sobre como tem sido a aceitação e compreensão dos alunos com deficiência que participam das aulas de EA, 49% acreditam que tem sido boa, 47% acham que em parte os alunos tem compreendido ou aceitado as atividades que são desenvolvidas e 2% não responderam a questão. Não houve relato de que os alunos não são capazes de compreender ou aceitar o desenvolvimento da temática, como mostra o gráfico abaixo:

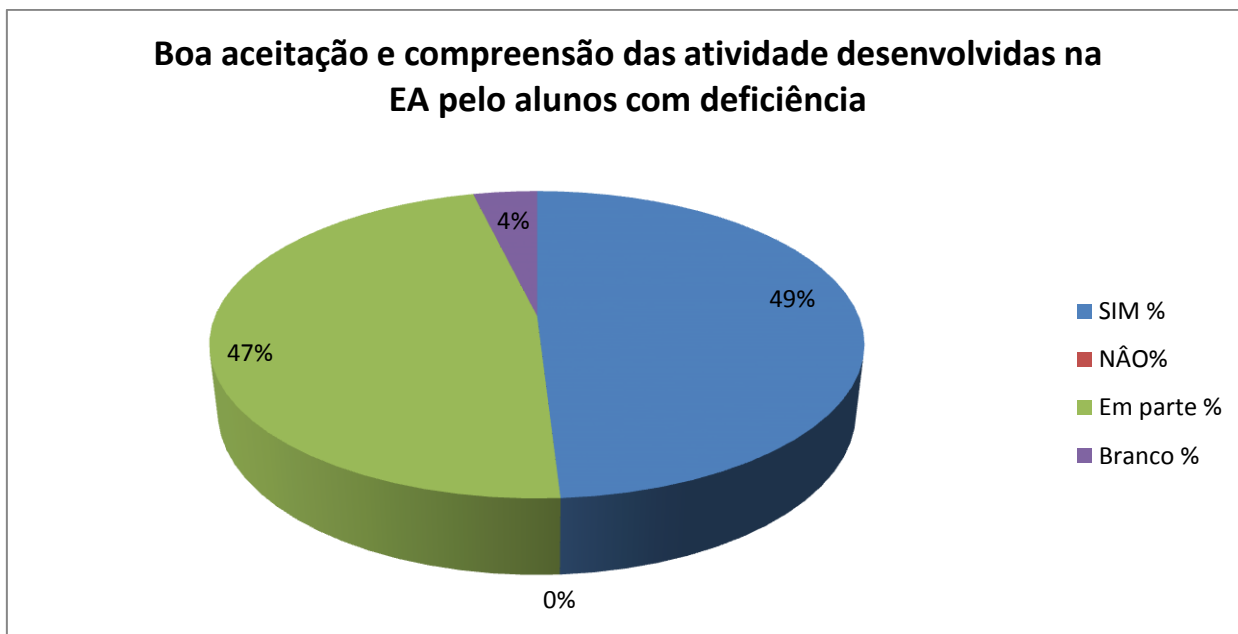


Gráfico 3: Representação gráfica da Questão 5. Brasília, 2014

No mundo hoje, o Brasil se destaca como uma das nações com legislação específica para as pessoas com deficiência. Apesar disso, as condições básicas de saúde, educação, transporte, trabalho e cidadania precisam avançar em muitos aspectos. Para Borges (2011) vários direitos encontram-se consagrados na Constituição de 1988 e com base nestes princípios todas as medidas necessárias para a eliminação de toda e qualquer barreira que impeçam a inclusão das pessoas com deficiência deveriam ser adotadas pelo Poder Público como forma de *promover o bem de todos*, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art.3º,§IV,CF/88)(BRASIL,1988).

É fundamental, contudo, a adoção de posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável. A reflexão dessa temática gerou em torno da não contemplação de todos os alunos, o que levou os educadores a construir um filtro dentro de uma temática que perpassa todas as áreas de atuação. Segundo Layrargues (2004, p.9) diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental, as diversidades de nomenclatura apontam para a necessidade de se re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos. É preciso que o educador reconheça as novas concepções da educação ambiental brasileira e nelas se

identifique reconhecendo a prática pedagógica mais contextualizada para o seu cotidiano escolar(LAYRARGUES, 2004).

3.5 Adaptações

Ao questionamento da necessidade de adaptações para o desenvolvimento das aulas de Educação ambiental, obteve-se 100% de repostas afirmativas, dentre as quais as adaptações de Material ocorrem em 61%%, de Conteúdo 40% , Espaço 76% e Outros 10 %, vale ressaltar que os tipos de adaptações realizadas ocorreram tanto isoladamente como simultaneamente. Com destaque para a adaptação de espaço que apareceu em 76% dos questionários.

Realização de adaptações na EA (%)		Tipos de Adaptações (%)			
Sim	Não	Material	Conteúdo	Espaço	Outros
100	0	61	40	76	10

Tabela 2. Representação da questão 6.

Diante disso apresentou-se a questão da acessibilidade. O Centro de Ensino Especial por sua especificidade deveria ser uma referência, principalmente no que tange a espaço físico, toda a escola foi pensada para pessoas com deficiência, barreiras arquitetônicas não deveriam existir visto que a Lei n.º 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e deobstáculosnasviaseespaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma dos edifícios (inclusive os privados destinados a uso coletivo) e nos meios de transporte e comunicação.

As questões relativas à educação ambiental vêm fundindo-se na intenção de gerar uma nova perspectiva nas relações do homem com o meio ambiente. E essa intenção deve ser transferida igualmente para esse grupo que muitas vezes encontra-se a margem da sociedade e impossibilitado de exercer sua cidadania (BORGES, 2011). A política de Educação Inclusiva orientada pelo MEC fundamenta-se em três eixos estratégicos: institucionalização, financiamento(adaptações do

espaço, físico, materiais, mobiliário, equipamentos e sistemas de comunicação alternativos) e orientações das práticas pedagógicas inclusivas. O currículo nesse sentido a realização de adaptações tem como objetivo atender as necessidades particulares dos Estudantes.

A educação especial nos Centros de Ensino é garantida como atendimento Educacional Especializado – AEE. Os professores vivenciaram diferentes desafios relacionados às condições de aprendizagem, desenvolvendo ações que valorizassem as formas de aprender e de compreender dos alunos. A adaptação de conteúdo apresentou-se com grande relevância. Uma das ferramentas de apoio é o currículo funcional que demanda um trabalho distinto do docente tendo em vista que os alunos apresentam necessidades específicas onde há maior comprometimento do funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial.

O Currículo Funcional é bastante difundido, e a rede pública do Distrito Federal utiliza para essa clientela específica.

[...] instrumento educacional que viabiliza a integração de estudantes com necessidades educacionais especiais ao meio social, tem o objetivo de desenvolver habilidades básicas que proporcionem autonomia na prática de ações cotidianas. (DISTRITO FEDERAL, Resolução CEDF nº 01 de 11 de setembro de 2012)

A utilização do Currículo funcional não exclui a do currículo comum implica em desenvolver os aspectos eminentemente práticos e menos teóricos, o que contribui para aprendizagens dos discentes que necessitam de apoio intenso e contínuo.

3.6 Equipe Gestora

Os dados seguintes coletaram a impressão dos docentes frente à atuação da equipe gestora do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia e destes com eles mesmos, evidenciou-se que 46% dos docentes acreditam que a equipe gestora atuou efetivamente na implementação e realização das atividades da EA, outros 2% não concordaram 48% concordaram em parte e 4% deixaram em branco. Quanto ao incentivo a compreensão da realidade educacional de forma a cooperar na solução dos problemas pedagógicos obteve-se 56% de respostas afirmativas, 6% negativas e 38% em parte. Para a questão que coletou se a equipe gestou estimulou os debates em grupo, a reflexão da prática pedagógica e formação continuada dos

docentes em relação à temática da Educação Ambiental evidenciaram 35% de repostas positivas, 19% negativas e 46% em parte conforme tabela abaixo:

Atuação da Equipe Gestora no desenvolvimento da EA(%)				
	Sim	Não	Em Parte	Branco
Efetivou a Implementação das atividades de EA	46	2	48	4
Incentivou a compreensão do contexto escolar cooperando na solução de problemas pedagógicos	56	6	38	0
Estimulou o debate em grupo, a reflexão da prática pedagógica e a formação continuada	35	19	46	0

Tabela 3. Representação das questões 7,8 e 9.

As escolas e os sistemas de ensino precisam criar mecanismos para garantir a participação da comunidade escolar no processo de organização e gestão das instituições educativas. A efetivação dessa parceria depende que os diferentes segmentos escolares conheçam as leis que regem as políticas governamentais propostas para a educação e as concepções que norteiam essas políticas.

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar (DOURADO, 2014, p.4).

A Lei 4.751, 2012 apresenta como princípios da gestão democrática a participação da comunidade na tomada de decisões, o respeito à diversidade, autonomia das unidades escolares, transparência, garantia da qualidade pela buscado pleno desenvolvimento da pessoa, democratização das relações pedagógicas e valorização do profissional da educação.

Não basta apenas o respaldo legal, o gestor educacional deve reunir características que favoreça essa união na busca da qualidade do ensino. De acordo com Luck (2000), o aumento da competência da escola exige maior competência na gestão, onde a formação de gestores escolares apresenta-se como uma

necessidade e desafio para as instituições de ensino. As habilidades e competências do gestor devem coincidir com as melhorias implementadas na escola, a atuação deste não deve está pautada no erro e tentativa. O trabalho de gestão exige o exercício de múltiplas competências específica das mais variadas nuances.

3.7 Atividades realizadas

As atividades listadas abaixo seguem na íntegra o que foi descrito pelos docentes da escola. Considerando a quantidade de aparições nos questionários:

1. Aulas de Educação Ambiental e projetos relacionados ao meio ambiente;
2. Caminhada ecológica e aulas de EA;
3. Aula de EA e horta;
4. Passeio ecológico, horta;
5. Horta;
6. Horta, jardim, material reciclável;
7. Cuidados, preservação e conservação dos espaços verdes, oficina de papel reciclado, desenvolvimento da temática da sustentabilidade e qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, a Educação Ambiental se faz imprescindível na escola, devido ao fato de que os danos gerados ao meio ambiente podem acarretar reflexos imprevisíveis e exige urgência na mudança de atitudes dos indivíduos. Ao projetar essa intenção a um público complexo como os educando do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia pude visualizar alguns matizes sobre o desenvolvimento dessa temática.

A construção de mecanismos que favoreçam a formação para a cidadania por meio da EA de forma a contribuir para a garantia de direitos está intimamente ligada à atuação da equipe gestora. A cada dia que passa estabelecemos uma construção entre o modo como vemos a realidade e de como participamos dela, em geral é palpável esse nível de consciência na sociedade. Com isso aumenta também os níveis de cobrança que exige uma postura dinâmica, flexível e acolhedora e dessa forma contemplem as demandas da escola.

No Centro de Ensino Especial a Educação Ambiental é vista separadamente, dá a falsa percepção aos docentes de isenção dessa temática no dia a dia da sala de aula, configurando-se nesse contexto um desafio a equipe gestora e também ao Poder Público em oferecer formação, atualização, discussões em grupo, sobre a legislação em vigor e os paradigmas da Educação Ambiental no Brasil. Um reflexo dessa desinformação está na oferta dessa temática aos alunos, a educação ambiental encontra-se indissociável do currículo escolar por mais adaptações que sofra. Porém, verificou-se uma grande parcela de alunos sem receber adequadamente as noções e conceitos dessa abordagem, denotando muito mais que apenas a falta de informação do educador, mas o seu despreparo profissional para lidar com esta área do conhecimento.

Contudo, a pesquisa aponta um esforço da equipe gestora em estimular o grupo de professores a compreenderem a realidade da Instituição que atuam, ajudando-os na solução dos problemas pedagógicos relacionado à EA, todavia, se mostra falha na conexão dessa temática no cotidiano pedagógico da escola. Depreende-se a necessidade de criação de um ambiente participativo que favoreçam a valorização das aptidões e competência dos diferentes segmentos, a fim de que a EA possa ser vislumbrada na atuação de cada docente.

Sobretudo, ao identificar o desenvolvimento segmentado da educação ambiental no Centro de Ensino Especial, é importante ressaltar a necessidade dos sistemas de ensino primarem pela formação continuada dos professores e gestores, a fim de construir uma unidade e direcionamento dos programas, cursos e novos paradigmas em vigência nosso país. Considerando que é preciso que ocorra um diálogo entre os eixos de atuação da Educação Ambiental e das ações pedagógicas desenvolvidas no Centro de Ensino Especial favorecendo uma aproximação conceitual e metodológica, como também de estudos e indicadores que demonstrem a comunicação entre a Política nacional de Educação Ambiental e a Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jorge Amaro de Souza **Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva** Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 285-292 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em: 23 de Maio 2014.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.

_____: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96

_____: Lei do Plano Nacional de Educação Ambiental – Lei N. 9.795/99

_____: Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação

CURY, Carlos Cury Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Escola de Gestores 2013.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. In: Políticas e Gestão na Educação. Brasília. Disponível em: <<http://moodle.mec.gov.br/unb/mod/data/view.php?d=122&advanced=0&paging=&page=1>> Acesso em 14 de maio de 2014

LOUREIRO, C. F. B. **Proposta pedagógica: Educação ambiental no Brasil**. Salto para o Futuro. Ano XVIII boletim 01; Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação, Março de 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LASMAR, I. E.; MAGALHÃES, M. A. N. **Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Minas Gerais**: Uma Proposta de Participação Cidadã. Belo Horizonte: SEMAD, 2007.

LÜCK, H. **Perspectivas da gestão Escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Em aberto, Brasília, v.17, n. 72, p.11-33, fev/jun. 2000. Disponível em: <http://moodle.mec.gov.br/unb/mod/data/view.php?d=122&advanced=0&paging=&page=0>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Cadernos Secad1. Ministério da Educação. Brasília – DF, Março de 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1. Você sabe o conceito e o objetivo da Educação ambiental – (E.A)?

() sim () Não () em parte

2. Você conhece as proposições do MEC para a Política Nacional de Educação Ambiental?

() sim () Não () em parte

3. Você acha importante o desenvolvimento dessa temática para a comunidade escolar a qual atua ?

() sim () Não () em parte

4. A educação ambiental é oferecida a todos os alunos do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia?

() sim () Não () em parte

5. O nível de Aceitação/ compreensão dos alunos pela Educação Ambiental tem sido boa?

() sim () Não () em parte

6. Tem sido realizadas adaptações pelos professores para o desenvolvimento da E.A?

() sim () Não

Quais: () material () conteúdo () espaço () Outros

7. A equipe gestora tem atuado efetivamente na implementação e realização das atividades da EA?

() sim () Não () em parte

8. A equipe gestora tem incentivado sua equipe a compreender a realidade educacional que atuam, cooperando na solução de problemas pedagógicos?

() sim () Não () em parte

9. A equipe gestora tem estimulado os docentes a debaterem em grupo, refletirem a prática pedagógica, a experimentarem novas possibilidades, a formação continuada bem como os resultados alcançados pelo alunos?

() sim () Não () em parte

10. Quais são as atividades realizadas pelo CEE 02 de Ceilândia relacionadas a Educação ambiental?
